

Renda mínima

DF - Educação

Ninguém desconhece que a exagerada concentração de renda — a maior do mundo, segundo estudo recente da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial — está na base das numerosas mazelas sociais do Brasil. As disparidades são de tal ordem que não há exagero em afirmar que convivem, no mesmo espaço territorial, diversos brasis

O mesmo país que exhibe hoje a oitava economia do planeta — e tem seu mercado cobigado pelas grandes potências econômicas — apresenta índices sociais vergonhosos, comparáveis aos das mais atrasadas nações da África. Não se muda um quadro desses, fruto de desvios de formação que remontam ao período colonial, da noite para o dia.

São necessárias muitas reformas, mudança de mentalidade e algumas gerações para que tal aconteça. Há, no entanto, medidas de curto prazo que podem — e precisam — ser adotadas com urgência para atenuar alguns efeitos corrosivos da concentração de renda.

Uma delas é o projeto de renda mínima, recém-aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. A proposta, iniciativa de certa forma tímida, foi originalmente concebida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que há anos tenta viabilizá-la.

A princípio, foi recebida como excentricidade, na medida em que propunha uma espécie de imposto de renda às avessas, em que os mais pobres, em vez de pagar, receberiam do Estado. O projeto de Suplicy, mais abrangente que o recém-aprovado, está engavetado

há anos na Comissão de Finanças do Senado.

O projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos — será ainda submetido a votações nos plenários do Senado e da Câmara — é uma variação do programa Bolsa-Escola, adotado com êxito pelo Governo do Distrito Federal e originalmente concebido pela Prefeitura de Campinas, em administração do PT.

Vincula a complementação de renda de famílias carentes à frequência escolar das crianças. É sempre uma medida positiva, que merece ser louvada, desde em que a carência de educação é uma das causas crônicas da pobreza no país. A adoção da Bolsa-Escola em Brasília mostrou a viabilidade orçamentária da iniciativa e o efeito social positivo que produz. O GDF gaba-se, com razão, de ter reduzido a evasão escolar na área carente a índices quase nulos.

Insista-se, porém, em considerar tímido o projeto recém-aprovado pelo Senado. Abrangerá apenas pequenos municípios, cuja receita tributária por habitante seja inferior à média estadual e cuja renda média familiar por habitante seja inferior à do Estado.

Ficam de fora exatamente as grandes e médias cidades, cujas periferias, inchadas pelo processo irrefreável de migração, tornaram-se focos de violência e miséria.

Como a proposta ainda receberá emendas na própria Comissão de Assuntos Econômicos e irá aos plenários das duas Casas legislativas, espera-se que tenha seu alcance revisto e ampliado. A intenção é boa, mas a conjuntura nacional reclama mais arrojo e abrangência.